

1. INTRODUÇÃO

Produto do modernismo brasileiro, e consolidada na década de 1930, Goiânia conteve planos de demarcação urbanística que buscavam, a partir de sua localização centralizada, concretizar o desenvolvimento do Centro-Oeste. Para além deste aspecto, Aristides Moysés (2004) aponta que a criação de Goiânia representava também os interesses políticos dos proprietários fundiários e dos gestores que almejavam a modernização do país. Segundo Moraes (2006), tais interesses não deixaram de influenciar na produção do espaço urbano da nova capital, trazendo como resultado, uma ocupação esparsa que fugiu ao plano original proposto. O plano acabou não resistindo à pressão dos interesses privados, o que contribuiu para que a constituição do espaço urbano de Goiânia fosse palco de um poder político autoritário, segregador, e de uma estrutura fundiária que tampouco possuía ideal social. Moraes (2006) afirma que de um lado, enquanto o Estado, juntamente com o interventor Pedro Ludovico, implantava uma cidade moderna e planejada, do outro, trabalhadores improvisavam próximos ao traçado urbano os primeiros conjuntos populares.

Com a fragilidade cada vez mais presente do sistema de planejamento público, Goiânia apresentou a partir da década de 1960, um crescimento urbano acelerado e irregular, marcado por acréscimos populacionais intensos que fizeram com que a cidade desenvolvesse novas regiões, cujas expansões não estavam previstas no plano urbanístico original. Essa expansão foi concretizada pelos loteamentos populares e clandestinos nos pontos mais distantes da malha urbana central, que deram início ao processo de *periferização* da cidade.

O processo de ocupação da Região Norte de Goiânia, região onde se situa o Jardim Guanabara, se enquadra nesse contexto, em que frente ao desenvolvimento urbano que deveria ser pensado para toda a população, o plano ao ser deturpado, trouxe para a realidade da nova capital o modernismo excludente.

Com objetivo de avaliar como a política habitacional pode ter refletido no processo de ocupação da região e da cidade em questão, foi investigado o processo de *periferização* da habitação popular em função da política estadual e do planejamento urbano, onde a

*Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Goiás. Linha de Pesquisa: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo.

segregação planejada, neste caso, pode ter agido diretamente como indutora da ocupação, prejudicando os recursos naturais ao ocupar desordenadamente o solo e ao expandir o perímetro urbano.

A partir do cenário exemplificado, o estudo se desenvolve com o objetivo de analisar o processo de construção e de transformação do Jardim Guanabara. Sendo assim, é de suma importância compreender os interesses que induziram sua implantação em áreas periféricas e identificar o reflexo desse fato no desenvolvimento de sua estrutura urbana. Para contrapor estas questões, foi realizado um resgate histórico elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, cartográfica e de levantamento de campo, que buscam não só responder as questões levantadas, mas também auxiliar futuras intervenções ou estudos na área. Assim como o estudo da evolução urbana, foram realizadas também análises de suas qualidades espaciais, que além de estarem relacionadas ao desenho urbano e as transformações ocorridas, foram influenciadas também pelas políticas públicas sobre as quais o equipamento foi idealizado e implantado.

2. AS POLÍTICAS HABITACIONAIS E O CRESCIMENTO DE GOIÂNIA

O crescimento urbano contínuo e a falta de infraestrutura primária das cidades brasileiras são os principais agravantes do déficit habitacional que se constitui segundo Flávio Villaça (1986), um problema de caráter social desde o início do século XIX. Villaça (1986) alega ainda que o problema habitacional no Brasil teve início na segunda metade do século XIX com o advento do capitalismo, quando a partir da transferência da terra, a habitação passou a ter valor de mercado.

O problema habitacional se agravou em 1920 quando se deu início a transição para o novo modelo da casa própria, em que a população brasileira não mais via o inquilinato como forma de moradia urbana. Posteriormente, em resposta a esta nova forma de moradia, ocorreram desenfreadamente ocupações irregulares, fortalecidas pelos movimentos de luta pela moradia na década de 1930.

A partir da década de 1940, o problema da demanda habitacional começou a ser extremamente debatido. A questão assumiu papel protagonista, que teria potencial para resolver as tensões sociais criadas pelos proletariados, que até então lutavam pelo direito à moradia.

Esta problemática tem, segundo Décio Rigatti (1997), sua materialização em 1964 com a criação do Sistema Financeiro de Habitação e de seu instrumento principal, o Banco Nacional de Habitação. Entretanto, devem ser citados seus antecedentes, tais como os Institutos de Aposentadoria e Pensão, instituições que representavam os interesses das classes operárias; e o Instituto Nacional de Previdência Social – surgido a partir da centralização dos antigos IAP's, que foi transformado posteriormente em Instituto Nacional de Seguridade Social.

Poucos meses após o golpe militar, o Banco Nacional de Habitação foi criado a partir da Lei nº 4.380 de 1964 que tinha como objetivo principal o financiamento da aquisição da casa própria e instituição da correção monetária nos contratos de interesse social. A lei tratava com prioridade a construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas e demais aglomerações em condições impróprias para moradia.

Flávio Villaça (1986) aponta ainda que cinco anos após sua criação, apesar de não ter atendido a população de baixa renda, o BNH reinterou seus objetivos e propôs melhorias no padrão habitacional e no meio ambiente. É neste período que a habitação coletiva no país começa a responder à demanda social vigente. A intervenção Estadual se torna mais expressiva e com ela surgem a partir da década de 1970, inúmeros conjuntos verticais e horizontais.

Décio Rigatti (1997) deixa claro que desde o início, a função do BNH nunca foi a promoção da moradia social e sim a produção de habitação em massa como atividade econômica, e que o atendimento às necessidades de moradia vinham “na esteira” como resultado, e não pivô dessas medidas econômicas. O fato se justifica pela dificuldade que o Banco demonstrou, já no fim da década de 1960, de financiar habitação para população de renda igual ou inferior a três salários mínimos.

Logo, o atendimento à demanda da população de menos de três salários mínimos deveria ser efetuado por empresas públicas estaduais ou municipais através do Programa de Habitação Popular, a partir de três salários mínimos deveria ser realizado pela iniciativa privada, e a população de três a cinco salários mínimos, seria atendida em parte pela iniciativa privada e em parte pelas Cooperativas Habitacionais.

O BNH é levado a sua extinção em 1986, o fato se deu pela elevação inflacionária que gerou a descapitalização do banco por inadimplência. Com o banco, se extinguiram também as Companhias de Habitação. É neste período de tentativa de reestruturação do banco e de

descapitalização que a COHAB do estado de Goiás tem sua atuação mais significativa, implantando dentre os vários conjuntos habitacionais, o Jardim Guanabara II e III em Goiânia.

Goiânia continha em seu plano urbanístico a definição de três zonas principais: O Setor Central ficou definido para serviço, comércio, administração pública e habitação; O Setor Norte, para comércio regional, indústria e habitação para classe trabalhadora; e o Setor Sul ficou definido como área estritamente residencial.

O plano não contava com áreas definidas para habitação dos trabalhadores que participaram da construção da cidade. Lúcia Moraes (2006) aponta a formação do espaço urbano de Goiânia a partir da cidade formal, planejada, que seguia os planos diretores, e pela cidade informal, que crescia espontaneamente formada pelos posseiros a partir de loteamentos clandestinos.

As ocupações irregulares ocorreram principalmente em áreas públicas ou terrenos ociosos que aguardavam retorno especulativo. Moraes (2006) afirma que em 1950 o Estado realizou a implantação dos loteamentos públicos no Setor Pedro Ludovico e Vila Nova, para assentar a população sem teto que ocupava os terrenos vazios às margens do Córrego Botafogo.

A partir de então, o sistema de “invasão” passou a ser a solução para a população que buscava trabalho, moradia e melhores condições de vida na nova capital, mas que não tinham condições de adquiri-las por meio de compra.

Com a criação do Banco Nacional de Habitação e da Companhia de Habitação de Goiás, o espaço urbano de Goiânia demonstrou uma significativa transformação. Segundo Moraes (2006) foi nesta fase de 1964 a 1975 que a cidade horizontal deu lugar a cidade vertical, onde setores horizontais de baixa densidade deram lugar aos edifícios de apartamentos, enquanto novos conjuntos habitacionais foram construídos na periferia da cidade moderna.

Foi implantado em 1967 o primeiro conjunto de habitação popular, a Vila Redenção, isolado da malha urbana existente, o conjunto marcou a segregação física e social existente na cidade que se desenvolvia sobre ideais modernistas. Moraes (2006) afirma que outros 21 conjuntos habitacionais foram criados no mesmo contexto político-social, dentre eles os já citados, Jardim Guanabara II e III.

3. A REGIÃO NORTE DE GOIÂNIA E A EXPANSÃO PLANEJADA

A Região Norte de Goiânia comporta três conjuntos habitacionais. São eles: a Vila Itatiaia, o Jardim Guanabara II e o Jardim Guanabara III, os conjuntos foram implantados entre a

década 1970 e 1980, e se enquadram na política do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), onde a gestão pública, com o objetivo de enquadrar o estado de Goiás na política habitacional do SFH, criou em 1964 a Companhia de Habitação de Goiás (COHAB-GO).

A Vila Itatiaia e o Jardim Guanabara II e III se localizam próximos a vias expressas e contam com equipamentos urbanos em seu entorno, como o Aeroporto Santa Genoveva, o Quartel do Exército Brasileiro e a Vila Militar. Alguns desses conjuntos, além de estarem próximos aos equipamentos citados, foram implantados em áreas doadas para pagamento de dívidas, áreas que foram inclusive, previstas no plano original para captação e abastecimento hídrico. Assim, fica clara a intenção dos gestores públicos e dos proprietários fundiários em ocupar a região em questão, fazendo uso das políticas habitacionais para sanar um problema social e ao mesmo tempo para defender seus interesses particulares, uma vez que os conjuntos funcionaram como indutores de crescimento, onde novas estruturas urbanas se desenvolveram em suas proximidades.

O Jardim Guanabara como um todo é formado pelo Jardim Guanabara I, Jardim Guanabara II, Jardim Guanabara III e Jardim Guanabara IV. Este conjunto de bairros consiste em um dos mais expressivos da Região Norte, sobretudo devido a sua grande extensão territorial. Os bairros contam também com independência comercial e de prestação de serviço frente aos demais da região.

A compreensão do Jardim Guanabara requer que seja feita a distinção entre os bairros que o compõem, uma vez que o Jardim Guanabara I e o Jardim Guanabara IV foram organizados a partir de loteamentos urbanos, enquanto o Jardim Guanabara II e III são conjuntos habitacionais, implantados por meio do Sistema Financeiro de Habitação e do Sistema Financeiro Imobiliário.

De posse do Dr. Augusto França Gontijo, o loteamento Jardim Guanabara I foi aprovado pelo Decreto nº 12 de 1953 - disponível na Secretária Municipal de Planejamento de Goiânia (SEPLAM), mas segundo Tania Daher (2003), o bairro só começou a ser expressivamente ocupado na década de 1970, quando o Aeroporto Santa Genoveva e a Vila Militar já estavam de fato consolidados. A modificação da legislação a partir da edição do Decreto nº 16 de 1950 (SEPLAM, 2014) anulou as exigências por parte dos proprietários fundiários de custear as benfeitorias urbanas. A falta de obrigatoriedade na implantação da infraestrutura retardou

ainda mais a ocupação do Jardim Guanabara I, e submeteu a população já residente a uma qualidade de vida pouco aceitável para os padrões urbanos.

Segundo Cardoso (2012), os primeiros lotes ocupados encontravam-se na margem esquerda da Avenida Vera Cruz, eixo de conexão entre a BR-153 e a Av. São Francisco do Setor Santa Geneveva. Esta ocupação inicial, também se localizava próximo à Vila Militar, que segundo o Diário da Manhã de 8 de Maio de 2005, a Vila Militar e o quartel do Exército eram em grande parte, responsáveis pelo sustento¹ da população local.

A região permaneceu carente dos serviços básicos de infraestrutura por muitos anos. Até 1977 não existia linhas de ônibus que levasse a população até o centro da cidade, o saneamento básico inexistia até 1982, e em 1987 a população ainda lutava pelo abastecimento de água tratada.



Figura 1, 2 e 3 – Registros do Jardim Guanabara. Respectivamente, entrega das unidades habitacionais, dificuldades encontradas pela população no abastecimento hídrico e no sistema viário.

Segundo Danin Júnior (1994), no início dos anos 1980 o Jardim Guanabara foi palco de um grave problema de “invasões”. A solução se deu em 1988 quando uma área afastada, doada como pagamento de dívidas por Elias Bufaiçal para o Município de Goiânia foi usada para sanar parte do problema habitacional. Desta forma, em 1988 ficou definida por meio do Decreto nº638 (SEPLAM, 2014) a aprovação do loteamento Jardim Guanabara II, destinado à urbanização específica para assentamento de população de baixa renda.

Cardoso (2012) aponta que o Conjunto Habitacional Jardim Guanabara II surgiu a partir de duas realidades, uma área foi planejada para o remanejamento das ocupações irregulares do Jardim Guanabara I, como já citado anteriormente, e outra foi disponibilizada para habitação

¹ A população feminina do Jardim Guanabara prestava serviço lavando e passando roupa dos militares e de suas famílias. Até a década de 1980 essa era a principal fonte de renda da população local. Fonte: Jornal Diário da Manhã, 8 de Maio de 2005. SEPLAM, 2014.

de servidores públicos municipais, a partir de recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho.

O Decreto nº 638² de 1988 dispôs a obrigatoriedade da doação de lotes urbanos no loteamento Jardim Guanabara II para a Cooperativa Habitacional dos Funcionários Públicos Municipais de Goiânia. Os imóveis doados se destinaram exclusivamente para a construção de casas populares. O conjunto era formado por 504 casas, com lotes de 200m² e residências não geminadas de um ou dois dormitórios.

O Conjunto só foi entregue em 1993. Nele foi prevista área de preservação ambiental (nas margens do Córrego Pedreira) onde haveria também uma horta comunitária. A negligência da gestão pública com a infraestrutura do mesmo e o abandono de tais áreas ocasionou sua ocupação irregular que comprometeu tanto o projeto original quanto o manancial hídrico em questão.

O projeto conteve ainda um plano de paisagismo realizado pelo Instituto de Planejamento Municipal, que fazia parte dos projetos complementares previstos pelo mesmo Decreto de Aprovação nº 638. O projeto estava relacionado diretamente com a qualidade de vida da população, uma vez que os componentes vegetais se bem incorporados poderiam proporcionar benefícios climáticos e ambientais, além de influenciar na paisagem urbana em construção. Para tal, foram definidas espécies vegetais para o sistema viário que não comprometessem a pavimentação, fiação elétrica e circulação de pedestres. O projeto paisagístico não foi executado, e a arborização encontrada hoje foi improvisada pelos próprios moradores ao longo dos anos.

No mesmo ano de criação do Jardim Guanabara II, outra estrutura habitacional foi desenvolvida, o Jardim Guanabara III. Esse, por iniciativa do Governo do Estado, continha casas financiadas inicialmente pela COHAB.

Segundo Cardoso (2012), a Associação dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (ASPEG) comprou a área e a Companhia Warre engenharia executou o projeto. A compra das casas foi subsidiada para funcionários públicos do estado e poderiam ser financiadas em 25 anos pela Caixa Econômica Federal.

² Documento registrado no Diário Oficial do Município nº 881, dia 04 de Agosto de 1988, Fonte: SEPLAM, 2014.

O Jardim Guanabara III continha casas geminadas com lotes de 210m², as unidades possuíam dois quartos, sala, cozinha e um banheiro. As casas foram entregues em 1989 e apresentavam apenas fiação elétrica e cal nas paredes. Registros³ como jornais e fotografias da época evidenciam que as condições de moradia eram precárias e que permaneceram assim por algum tempo. Cardoso (2012) afirma ainda, que apesar das dificuldades e da luta pela moradia que os proprietários enfrentaram, muitos não tiveram condições de finalizar o pagamento devido aos baixos salários e às altas parcelas da Caixa Econômica Federal, a única solução encontrada foi a venda para terceiros por ágio de direito. Ainda na década de 1990, outra estrutura urbana similar foi construída, o Jardim Guanabara IV. Formado pelo conjunto de quatro quadras, o bairro é produto do parcelamento da Chácara Nossa Senhora da Piedade.

Após a entrega das residências, os conjuntos sofreram intensas transformações espaciais. Além das modificações das próprias unidades habitacionais, o Jardim Guanabara começou a formar núcleos comerciais ao longo das principais avenidas. A Avenida Vera Cruz, devido sua conexão com vias expressas, acabou evoluindo e se tornou um grande comercial. Este crescimento comercial ininterrupto e a presença de algumas unidades industriais comprometem os eixos viários, e são responsáveis por alterar o perfil residencial do bairro e influenciar os demais.

Atualmente, o Jardim Guanabara e os conjuntos habitacionais II e III são bairros bem estruturados, e apesar da predominância habitacional, eles têm demonstrado crescimento ininterrupto no setor comercial e de prestação de serviço. Tais pontos se concentram especialmente nas vias estruturadoras como a Avenida Vera Cruz e Avenida Goiânia. A diversidade de usos presentes e sua localização afastada contribuíram para que a região se tornasse independente dos demais centros da cidade, pois ela atende e abastece de forma satisfatória os residentes do Jardim Guanabara e dos bairros adjacentes.

Todo esse cenário de evolução urbana: as etapas do loteamento, as ocupações irregulares, a segregação espacial promovida pelo Estado com a implantação dos conjuntos, as transformações e descaracterização dos mesmos e a mudança de perfil que os bairros têm sofrido, contribuíram para que o Jardim Guanabara fosse compreendido como um espaço urbano complexo e em constante transformação. Sendo assim, é fundamental que seja realizada a análise das configurações que atribuíram essa característica a ele, buscando

³ Os jornais locais e fotografias da época foram encontrados na Secretária Municipal de Planejamento de Goiânia. SEPLAM, 2014.

compreender principalmente a relação entre sua localização periférica e a evolução e transformação de sua estrutura espacial.

4. O JARDIM GUANABARA E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

A concepção dos conjuntos habitacionais em questão, O Jardim Guanabara II e III, partiu do arranjo entre dois elementos principais, os edifícios, elementos limítrofes para circulação de pessoas, e os espaços livres de uso público, estes delimitados pelos edifícios, são responsáveis pela promoção das trocas e práticas sociais. Sendo assim, entende-se que a configuração da ocupação urbana funciona como sistema de relações. Rigatti (1997) inferi que o conjunto das relações estabelecidas é definido pelos espaços abertos organizados pela disposição dos edifícios, quando esta disposição é alterada, altera-se também a própria configuração do conjunto.

Na época de implantação dos conjuntos pela COHAB, a ausência de diálogo comum entre o projeto urbano e a compreensão deste pelo usuário, ocasionou em uma série de transformações espaciais que se seguiram após as implantações. As principais modificações que os conjuntos sofreram foram: o processo de privatização de áreas públicas e o aumento da área construída dos edifícios residenciais.

As unidades habitacionais seguiram o modelo COHAB/BNH da casa centralizada no lote. A primeira transformação, logo após a entrega das casas, foi a limitação do lote como propriedade privada. A construção de muros e portões transformou a quadra em um bloco único e redefiniu os espaços não construídos. Conseqüentemente, cores e revestimentos foram sendo incorporados nas habitações, evidenciando que os moradores desde o princípio, manifestaram o desejo de imprimir sua identidade nas residências, para que se destacassem entre as demais e fugissem da padronização imposta.

Paralelo ao intenso processo de transformação permanece na paisagem local outro lado: o das residências que sofreram poucas, ou nenhuma modificação, algumas destas residências preservam costumes ligados à vida rural, como criação de animais e cultivo de pequenos plantios. Outras ocupam ainda, áreas impróprias nas margens de córregos.

As áreas públicas dos conjuntos sofreram distintos processos de apropriação e de abandono. Os espaços planejados para práticas sociais, como praças e edifícios comunitários não foram executados na íntegra, muitos se tornaram vazios urbanos ou possuem usos que

diferem da proposta original. Algumas praças da região foram reformuladas com incorporação de espécies vegetais e percursos para caminhada. Entretanto, o desenho destes espaços não favorece sua utilização, isso acontece porque a gratuidade da imagem reproduzida pela gestão pública nessas áreas, não reflete a identidade da população, logo, eles não se identificam com os espaços ao ponto de utilizá-las em seu cotidiano.

Inexistiram possibilidades de escolha na articulação destes espaços, e o que se vê hoje é a perda da noção de conjunto devido às transformações espaciais sofridas, que ocorreram por descaso da gestão pública na execução incompleta do projeto, e da população, que ao buscar mais conforto, qualidade espacial e identidade, alterou a configuração das unidades habitacionais.

Todo esse cenário faz com que os conjuntos sejam compreendidos como estruturas urbanas híbridas, que a partir de uma origem comum, desenvolveram várias feições que revelam traços culturais e o desejo de seus moradores. O reconhecimento dos desejos expressos nas edificações é fundamental para o estudo da área, pois as diferentes realidades presentes na evolução dos equipamentos, se por um lado podem ter contribuído para a perda da noção do conjunto, por outro mostram a diversidade social e cultural que hoje habita a região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jardim Guanabara pode ser considerado fruto da segregação planejada de Goiânia, nasceu na “franja” da cidade modernista, onde a gestão pública promoveu e permitiu que a população de baixa renda permanecesse sem equipamentos públicos ou condições de vida adequada.

O que fica claro com isso é que o urbanismo moderno não estava disponível para a população de baixo poder aquisitivo, pois desde o início da implantação de Goiânia, a segregação socioespacial promovida pela habitação popular foi presente e decisiva para a estruturação do traçado urbano da cidade e em especial da Região Norte.

Juntamente com a inserção de equipamentos urbanos, a infraestrutura movida para a região a partir dos conjuntos habitacionais fez deles fatores norteadores do crescimento da cidade, criando com isso, além da questão especulativa, problemas ambientais provindos da

ocupação desordenada do solo e da expansão do perímetro urbano, que resultaram na criação de uma nova malha estrutural.

A pouca variedade de tipologias habitacionais empobreceu o ambiente construído e não criou referência para a arquitetura local, tampouco houve nos conjuntos projeção de espaços comunitários integrados que buscassem o bem coletivo, uma vez que a produção das moradias se deu por meio de unidades individuais, construídas por empreiteiras, operários contratados e até pelo dono do lote. As casas eram padronizadas e com baixo padrão de acabamento, o que contribuiu para que os novos bairros tivessem a mesma aparência dos demais conjuntos da cidade.

Apesar dos conjuntos nascerem com uma proposta paisagística diferenciada, a falta de comunicação e despreparo da população frente ao descaso do poder público geraram um espaço deteriorado, onde apesar do desenho urbano ser bem intencionado, a proposta é construída sobre vazios que não atingem a qualidade de vida idealizada e muito menos é incorporada pelos moradores locais.

Na questão de qualidade espacial dos projetos, as esferas de gestão pública e o planejador urbanista trabalharam em desacordo com o objetivo de implantar um projeto coeso, pois apesar da proposta diferenciada em relação às áreas públicas, a falta de investimento em tais áreas ocasionou descaracterização e incompreensão do projeto.

Apesar da falta de estrutura urbana e das condições insalubres que os moradores enfrentaram nos anos que se seguiram à implantação, o Jardim Guanabara atualmente é abastecido com água tratada, rede de esgoto, energia elétrica, serviços de pavimentação, transporte e iluminação pública, e faz parte do conjunto de bairros que prosperaram acima da Av. Perimetral e que ajudam a abastecer com o comércio informal a Região Norte de Goiânia.

Estes conjuntos habitacionais, implantados à margem da cidade em desenvolvimento foram responsáveis por estender o perímetro urbano e direcionar o crescimento da cidade. Como resultado, a segregação imposta influenciou também a estrutura interna dos conjuntos, contribuindo para o surgimento das diversas transformações espaciais exemplificadas, e para que o Jardim Guanabara adquirisse autonomia e independência perante os bairros vizinhos, ao ponto de incentivar novas estruturas urbanas a se formarem nas proximidades.

Foi possível observar com isso que os programas habitacionais desde a criação da COHAB-GO vêm aos poucos dando resposta ao problema de moradia de Goiânia. Entretanto,

é visível que o histórico das políticas habitacionais na cidade, assim como no Brasil, se constitui por programas isolados que mudam de acordo com a gestão pública em vigência. As políticas se mostram desta forma, ineficazes, sobretudo em relação à integralidade das propostas habitacionais, que deveriam não só dispor de moradia, mas também de infraestrutura básica, qualidade ambiental e além de tudo, inserção no núcleo urbano existente, seja por transporte público, ou por proximidade física.

REFERÊNCIAS

- BENTLEY, Lan et AL. Entornos Vitales: hacia un diseño urbano y arquitectónico más human: manual practico. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.
- CARDOSO, L. C. V. Análise socioespacial do Jardim Guanabara, 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012
- DAHER, Tânia. Goiânia: uma utopia europeia no Brasil. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.
- DANIN, Júnior. Ocupação somou iniciativa privada e pública. O Popular, Goiânia 16 de Janeiro de 1994.
- MORAES, Lúcia Maria. A segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.
- MOYSES, Aristides. Goiânia: Metrópole não planejada. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.
- RIGATTI, Décio. Do espaço projetado ao espaço vivido: Modelos de morfologia urbana no Conjunto Rubem Berta. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- VILLAÇA, Flávio. O que todo cidadão deve saber sobre habitação. São Paulo: Editora Global, 1986.